

Exigências do eleitor

Marcello Azevedo *

Toca a nós, eleitores do Brasil, tomar as rédeas do processo eleitoral. Somos nós, de direito, os protagonistas, os sujeitos principais deste evento central, do qual nos privaram por três décadas. Candidatos e partidos sujeitam-se, de fato, à nossa apreciação. Por nós devem ser eles regidos e orientados. A nós, julgá-los, pressioná-los, apoiá-los ou rejeitá-los, com conhecimento lúcido e liberdade crítica. Se decididamente o fizermos nesta eleição para presidente, daremos um passo gigantesco em nossa educação política. Estaremos imprimindo uma reversão significativa em nossos pressupostos culturais e em nossas práticas sociais. Só por aí se alicerça e se constrói uma democracia.

Tal como até agora se apresenta o processo eleitoral, seguimos ainda o velho figurino brasileiro. Vamos rodando como sempre para a inércia de nossa passividade cívica, mal crônico de um Brasil discriminador e elitista. Povo espectador e perplexo. Políticos em conchavos mil, num festival grotesco de oportunismos e interesses. Assistimos revoltados às migrações interpartidárias de muitos políticos sem idéias nem consistência, levados apenas pelo vento contrastante dos impulsos eleitorais. Dai os rachas precários e os efêmeros conluíus, com os quais se ocupam há meses os nossos homens. Para isto lhes pagamos tão alto?

É preciso cobrar. Que cada um dos que assomam ao palco da candidatura presidencial nos diga logo e claramente a que vem. Que defina com nitidez sua própria identidade. Qual é sua política e seu programa, em áreas críticas da vida do país. Como sente o Brasil de hoje. O que quer fazer dele amanhã. Qual é sua visão da nação. Qual o seu projeto de governo. Tudo isto tem que ser explicitado e esclarecido, positivado e discutido.

Não mais devemos tolerar que a campanha se concentre apenas em ataques pessoais e se alimente da gritaria temperamental de fundo de quintal, sem objetividade nem conteúdo. Não podemos estar diante da televisão a assistir indefesos aos xingatórios vazios, à retórica demagógica e de conveniência, que nos tenta iludir ou nos considera imbecis.

Que cada candidato nos diga o seu

projeto nacional sobre alimentação, saúde e educação, sobre trabalho e habitação, sobre transporte e segurança, essas cousas estruturais para a vida de um povo e para uma sadia sociedade. Que os candidatos nos falem, com informação e competência, de sua política econômica, de sua posição sobre a inflação e a dívida externa, sobre o salário e os investimentos, sobre capital nacional e estrangeiro, sobre os inadiáveis projetos de infraestrutura, sobre a reforma agrária, o mercado interno e o déficit público, a política externa e as exportações, a perspectiva ecológica e tecnológica.

Que cada candidato acione logo grupos de trabalho para levantar dados concretos e elaborar políticas abrangentes e consistentes nesses campos que marcam o perfil próprio de uma nação. Que nos indiquem suas prioridades e estratégias, objetivos e mediações, visando a passar uma população sofrida de incontáveis pobres e analfabetos, de milhões de mendigos e menores abandonados a pessoas dignas, atores reais, cidadãos conscientes e livres, com participação e representação. Que esses planos sejam publicados, divulgados a tempo de ser efetivamente debatidos por nós.

A opinião pública somos nós, os eleitores. Somos nós os atores que determinam e avaliam a qualidade dos políticos que aceitamos e queremos. Não podemos ficar à mercê de articulações espúrias ou de manipulações larvadas, nem dos partidos, nem dos meios de comunicação, nem do poder econômico ou de qualquer outro. É fundamental a leitura crítica do que está por trás de todas essas forças de influência.

O Brasil tem cinco meses decisivos para sua educação política. Durante a Constituinte, já demos aí passos importantes. Mas perdemos também grandes chances de agir e transformar. Engolimos, antes, durante e depois da nova Constituição, uma corrupção desenfreada e não punida, empreguismo e nepotismo, enriquecimentos revoltantes, faltas crônicas de quórum no Congresso, hesitação, indecisão e indecorosa irresponsabilidade na administração executiva da coisa pública em todos os níveis e tantas outras cousas. Há uma qualidade de vida cívica que nos toca exigir e impor e pela qual devemos lutar. A eleição presidencial é o entroncamento decisivo para pôr

o Brasil nos trilhos e assestá-lo para o futuro a que aspiramos.

É preciso cobrar programas e projetos e não descansar nem silenciar até que eles apareçam. Não são os candidatos e suas máquinas que nos hão de impingir um tempo gratuito de falação para dizermos só eles o que pensam e querem. Somos nós a dever exigir deles que se pronunciem sobre o que nos interessa e toca de perto o presente e o futuro desta nação. Em todas as instâncias — famílias e escolas, fábricas e universidades, associações e sindicatos, nos locais de trabalho e de lazer, nos centros de pesquisa e nos órgãos de informação e comunicação, nas igrejas e agremiações de toda sorte —, urge suscitar e animar debates objetivos e conclusivos sobre os candidatos e seus programas e projetos. Neste mutirão de reflexão e participação, tomarão corpo também nossas próprias idéias e prioridades. Por aí daremos aos candidatos nosso recado. Por aí vamos completar ou corrigir, reorientar ou repudiar suas plataformas. Teremos por aí parâmetros e critérios para julgar o que nos propõem, avaliar os colaboradores com os quais pretendem associar-se, as forças que os apoiam ou com as quais se ligam.

Não pensemos que somos impotentes para tanto. Não nos vejamos apenas como indivíduos singulares e isolados. Se formos muitos e muitos os que se abalançam a esse esforço, ainda que em grupos de microescala, veremos quanto isto nos faz crescer, como pessoas e comunidades, como cidadãos e como povo. Sentiremos que este processo nos relança com alcance insuspeitável. Seremos transformadores de situações que pareciam nos superar e esmagar. É por aí que se nos abre o caminho de uma influência real sobre a vida nacional. Ninguém nos livra no presente de limites e erros humanos. Mas, no futuro, não poderemos perdoar-nos a nós mesmos por omissão e apatia, por expectativas conformistas e alienantes, nesta encruzilhada da história que nos toca viver como nação e povo. Somos nós, os eleitores, a dever apontar os rumos e avaliar os desempenhos. Tocam a nós, sobretudo, a iniciativa e a decisão.

* Antropólogo cultural, professor da PUC/Rio e pesquisador do Centro João XXIII para Investigação e Ação Social